

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

São Paulo, 20 de março de 2020

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Notas	(Valores expressos em milhares de Reais)	
		2019	2018
Circulante		96.276	106.888
Disponibilidades	4	840	529
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	13.425	22.037
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	1.370	1.891
Carteira própria		1.370	1.891
Operações de crédito	6	75.787	77.799
Setor privado		83.804	87.948
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(8.017)	(10.149)
Outros créditos	6.f)	3.268	2.460
Outros valores e bens	8	1.586	2.172
Bens não de uso próprio		1.000	1.422
Despesas antecipadas		586	750
Não Circulante		60.873	51.889
Realizável a longo prazo		52.569	41.085
Operações de crédito	6	58.128	46.680
Setor privado		(5.559)	(5.595)
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		8.112	10.412
Outros créditos	6.f)	192	392
Outros valores e bens	8	192	392
Despesas antecipadas		1.375	1.381
Permanente		425	483
Mobilizado de uso		1.559	1.453
Outras imobilizações de uso		(1.134)	(970)
(Depreciações acumuladas)		950	898
Intangível		1.798	1.483
Ativos intangíveis		(848)	(585)
(Amortizações acumuladas Intangível)		158.524	160.158
Total do ativo		158.524	160.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Notas	(Valores expressos em milhares de Reais)	
		2019	2018
Circulante		45.475	35.444
Depósitos	9	5.196	3.803
Depósitos a prazo		36.730	28.389
Recursos de aceites cambiais		52	79
Outras obrigações	10	3.549	3.252
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		597	129
Provisões para pagamentos a efetuar		351	437
Fiscais e previdenciárias		1.479	1.357
Provisão para riscos		1.070	1.249
Diversas		83.035	84.778
Não Circulante		8.177	11.682
Exigível a longo prazo		8.177	11.682
Depósitos	9	74.858	73.096
Depósitos a prazo		74.858	73.096
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	30.014	39.336
Recursos de aceites cambiais		27.500	27.500
Patrimônio líquido	11	27.500	27.500
Capital		27.500	27.500
De domiciliados no País	11.a)	2.514	12.436
Reservas de Lucros	11.b) e c)	2.514	12.436
Total do passivo e patrimônio líquido		158.524	160.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º semestre		Exercício
		2019	2018	
Receitas da intermediação financeira		24.102	48.158	54.813
Operações de crédito	6.e)	23.447	46.563	52.573
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b)	652	1.562	1.460
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		3	33	780
Despesas da intermediação financeira		(11.415)	(22.805)	(27.533)
Operações de captação no mercado	9.b)	(4.746)	(9.840)	(11.204)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.f)	(6.669)	(12.965)	(16.329)
Resultado bruto da intermediação financeira		12.687	25.353	27.280
Outras receitas/(despesas) operacionais		(10.445)	(20.871)	(19.713)
Receitas de prestação de serviços	13	6.813	12.663	12.171
Despesas de pessoal	14	(971)	(1.955)	(2.162)
Outras despesas administrativas	15	(13.405)	(25.896)	(26.074)
Despesas tributárias	16	(1.556)	(3.001)	(3.169)
Outras receitas operacionais	17	111	297	1.869
Outras despesas operacionais	18	(1.437)	(2.979)	(2.378)
Resultado operacional		2.242	4.482	5.567
Resultado não operacional		(217)	(293)	(174)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.025	4.189	7.393
Imposto de renda e contribuição social		(349)	(675)	(3.316)
Provisão para imposto de renda	12	23	(136)	(1.283)
Provisão para contribuição social	12	2	(100)	(1.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(374)	(439)	(944)
Lucro líquido do exercício/semestre		1.676	3.514	4.077
Lucro por Ação - em R\$	11.a)	28.668.532	28.668.532	28.668.532
		0,06	0,12	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2º semestre		Exercício
		2019	2018	
Atividades operacionais		2.025	4.189	7.393
Lucro do semestre/exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		2.025	4.189	7.393
Ajuste para conciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pela atividades operacionais		7.274	14.184	17.302
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		6.669	12.965	16.329
Depreciação e amortização		209	427	356
Provisão para riscos		396	792	617
Lucro líquido ajustado		9.299	18.737	24.695
(Aumento/redução) nos ativos operacionais		(6.685)	(20.077)	1.468
Títulos e valores mobiliários		4.842	521	3.865
Operações de crédito		(15.059)	(22.437)	(3.772)
Outros créditos		444	1.053	1.223
Outros valores e bens		1.088	786	152
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		2.128	7.260	(12.680)
Depósitos		(4.543)	(2.112)	(5.021)
Recursos de aceites cambiais		7.315	10.103	(3.700)
Outras obrigações		(669)	(495)	(1.587)
Imposto sobre a renda pagos		25	(236)	(2.372)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.742	5.956	13.483
Atividades de investimento		(116)	(421)	(451)
Aquisição de imobilizado de uso		(21)	(106)	(120)
Aplicações no intangível		(95)	(315)	(331)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		(116)	(421)	(451)
Atividades de financiamento		(12.109)	(13.436)	(2.584)
Juros sobre capital próprio pagos		(1.150)	(2.477)	(2.584)
Dividendos pagos		(10.959)	(10.959)	—
Caixa líquido utilizado de atividades de financiamento		(12.109)	(13.436)	(2.584)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9.483)	(8.301)	10.448
Caixa e equivalentes de caixa		23.748	22.566	12.118
No início do semestre/exercício		14.265	14.265	22.566
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9.483)	(8.301)	10.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

b) Despesas com operações de captação do mercado:

	2º semestre		Exercícios
	2019	2018	
Despesa de captação com - DPGE		72	155
Despesa de captação com - RDB		508	1.014
Recursos de aceites cambiais		4.090	8.519
Outras despesas de captação		76	152
Total		4.746	9.840

Os depósitos a prazos e recursos de aceites cambiais são linhas de crédito em moeda local. As taxas praticadas variaram entre 108% e 138% em 2019 (111% e 126% em 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2019		Exercícios
	2019	2018	
Cobrança e arrecadação tributos e assemelhados		52	79
Provisão para pagamento a efetuar		351	437
Fiscais e previdenciárias		1.479	1.357
Provisão para riscos (Nota 10.1)		224	54
Operações de crédito a liquidar		489	272
Outras contas a pagar		320	678
Outras obrigações diversas		37	246
Total		3.549	3.252

10.1 Provisão para riscos: a) Composição das provisões: a Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em "Remota", "Possível" e "Provável", levando em conta as probabilidades de ocorrência de perda. b) Causas com prognóstico de perda possível e provável: a Instituição possui processos trabalhistas e cíveis cujos valores somam R\$ 1.915 (R\$ 1.557 em 2018), para os quais provisionou R\$ 1.479 (R\$ 1.357 em 2018). c) Movimentação das provisões: a provisão é apurada com base no valor estimado de perda das causas de acerto com a expectativa da Administração, suportada por parecer das assessorias jurídicas.

	2019		Exercícios
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (Reverso)	
Ações trabalhistas	734	396	(481)
Ações cíveis	623	396	(189)
Total	1.357	792	(670)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 27.500 e está representado por 28.668.532 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. b) Reserva legal: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado ou a 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzida a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela Instituição. Os dividendos mínimos podem ser distribuídos através de juros sobre o capital próprio. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. Conforme AGE de 29 de novembro de 2019 foi distribuído R\$ 10.959 mil aos acionistas a título de dividendos. d) Juros sobre o capital próprio: Durante o exercício, foram provisionados e pagos juros sobre o capital próprio no montante a seguir:

	2019		Exercícios
	2019	2018	
Juros sobre capital próprio		2.477	2.584
Imposto de renda retido na fonte		(372)	(388)
Total líquido		2.105	2.196

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do exercício considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e antes do JCP	4.189	4.189	7.393	7.393
(-) Juros sobre capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados			(2.584)	(2.584)
Conforme movimentação evidenciada na DMP/L			(2.477)	(2.477)
Adições	14.319	14.319	17.345	17.345
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12.965	12.965	16.329	16.329
Provisão para contingências	792	792	792	792
Despesas não dedutíveis	53	53	79	79
Outras adições	508	508	143	143
Exclusões	(15.364)	(15.364)	(16.708)	(16.708)
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(14.633)	(14.633)	(14.850)	(14.850)
Reversão de provisão para contingências	(669)	(669)	(1.298)	(1.298)
Reversão de provisões operacionais	(62)	(62)	(560)	(560)
Lucro real antes imposto de renda e da contribuição social	666	666	5.444	5.444
Total de imposto de renda e contribuição social	136	100	1.283	1.089
(-) Dedução incentivos fiscais - Lei Rouanet/FUMCAD/ Esporte/Idosos	(7)	—	(54)	—
Alíquota de 15% IR	100	—	817	—
Alíquota de 15% CSLL (20% em 2018)	—	100	—	1.089
Alíquota 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015	43	0	520	—
Ativo fiscal diferido	275	164	(139)	1.083

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.694	25.694	27.360	27.360
Provisões para riscos	1.479	1.479	1.357	1.357
Demais provisões temporárias	509	509	62	62
Total das diferenças temporárias	27.682	27.682	28.779	28.779
Total dos créditos tributários	6.921	4.152	7.195	4.317

b) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e as expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN, e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização				
	2020	2021	2022	2023	2024
IRPJ	1.851	1.488	1.426	894	1.262
CSLL	1.110	893	856	536	757
Valor em 31/12/2019	2.961	2.381	2.282	<	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2019 e 2018

14. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Remuneração	(401)	(838)	(1.023)	
Encargos	(111)	(226)	(281)	
Benefícios	(426)	(832)	(813)	
Treinamento	(33)	(59)	(45)	
Total	(971)	(1.955)	(2.162)	

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Despesas com serviços de terceiros (a)	(5.162)	(9.982)	(10.528)	
Comissões e prêmios (b)	(3.298)	(6.340)	(7.932)	
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.521)	(2.969)	(3.081)	
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(1.014)	(1.997)	(827)	
Despesas de processamentos de dados	(650)	(1.273)	(1.066)	
Despesas de alugueis	(80)	(159)	(154)	
Despesas de comunicação	(150)	(270)	(241)	
Despesas de propaganda e publicidade	(74)	(151)	(84)	
Despesas com depreciação e amortização	(210)	(427)	(357)	
Despesas de transporte	(192)	(409)	(229)	
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.1)	(14)	(212)	(792)	
Acordos e ações judiciais	(700)	(1.118)	(407)	
Outras	(340)	(589)	(376)	
Total	(13.405)	(25.896)	(26.074)	

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 7.950, em 2019, e de R\$ 7.561, em 2018, respectivamente (vide nota 19 - Transações com partes relacionadas). (b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a correspondentes no país. (c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames. (d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Despesa com PIS	(165)	(321)	(352)	
Despesa com COFINS	(1.016)	(1.975)	(2.168)	
Despesa com ISS	(341)	(634)	(609)	
Outras	(34)	(71)	(40)	
Total	(1.556)	(3.001)	(3.169)	

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Recuperação de encargos e despesas	58	117	136	
Reversão de provisões operacionais	45	152	1.554	
Outras	8	28	209	
Total	111	297	1.899	

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Descontos concedidos	(1.437)	(2.979)	(2.378)	
Total	(1.437)	(2.979)	(2.378)	

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

a) Saldos com sociedades ligadas:

	2019				
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Plural (d)	2JC (e)
Passivo					
Recursos de aceites cambiais		320	150		1.770
Obrigações por títulos cambiais					
Despesas	(4.968)	(14)	(65)	(2.954)	(124)
Despesas com captação					
Despesas de aceites cambiais					
Despesas administrativas	(4.968)			(37)	(124)
Despesa de aluguel					
Despesas com prestação de serviços	(4.968)				

	2018				
	Shopcred (a)	Gestão (b)	CJJ (c)	Plural (d)	2JC (e)
Ativo					
Outros créditos		23			
Valores a receber sociedades ligadas	1	23			
Passivo					
Recursos de aceites cambiais		175	852	165	1.645
Obrigações por títulos cambiais					
Outras obrigações			7	165	
Valores a pagar sociedades ligadas					
Despesas	(3.842)	(60)	(86)	(3.691)	(158)
Despesas com captação					
Despesas de aceites cambiais					
Despesas administrativas	(3.842)			(28)	(158)
Despesa de aluguel					
Despesas com prestação de serviços	(3.842)				

(a) Shopcred Promotora de Vendas Ltda.; (b) Santana Gestão e Cobrança Ltda.; (c) CJJ Empreendimentos Imobiliários Ltda.; (d) Plural Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.; (e) 2JC - Empreendimentos Imobiliários Ltda. **b) Saldos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas, relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais, totalizam R\$ 20.620 (R\$ 21.115 em 2018) e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 137% do CDI e 7,70% pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação. **c) Remuneração dos empregados e administradores:** Em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09 e ao Pronunciamento Técnico - CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, a Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é pago conforme determinado pelo Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante total pago aos diretores foi de R\$ 190 (R\$ 285 em 2018). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

20. INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Em 15 de outubro de 2018, a Instituição solicitou a dispensa da consolidação das demonstrações contábeis da Santana S.A. - Crédito Financiamento e Investimento e da Santana Factoring Fomento Comercial Ltda. (atual Santana Gestão e Cobrança Ltda.), na forma de conglomerado prudencial, em função da descontinuidade operacional da sociedade de fomento mercantil, evidenciada por meio da alteração do objeto social da entidade, conforme descrito na 16ª Alteração do Contrato Social da empresa. Em 27 de novembro de 2018, o BACEN deferiu o pedido de alteração de S4 para S5 conforme Ofício nº 23.922/2018-BCB/Descuc nos termos do artigo 8º da Resolução nº 4.280/2013.

Basileia III - Indicadores de Risco - S5

Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS)

RWAopad - Risco de crédito	2019	20.067
RWAopad - Risco Operacional	2019	2.557
Total Capital regulamentar	2019	22.624
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2019	133.081
PR Mínimo requerido para o RWA	2019	22.624
Índice Basileia	2019	21,84%

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabi-**

lidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas

Basileia III - Indicadores de Risco - S5	2018
Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS)	38.038
RWAopad - Risco de crédito	20.074
RWAopad - Risco Operacional	2.415
Total Capital regulamentar	22.489
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	132.286
PR Mínimo requerido para o RWA	22.489
Índice Basileia	29,51%

A partir de 1º de outubro de 2013, por meio das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do Risk Weight Asset (RWA) com base no Patrimônio de Referência.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir: • **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou pela operação financeira de suas obrigações nos termos pactuados. • **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados. • **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. **Gerenciamento do Risco Crédito:** a Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, por meio de seus gestores, observará nas operações de crédito o cumprimento de requisitos consistentes com as Políticas e Normas de Crédito, visando a mitigação dos riscos com ações preventivas, entre as quais, destacamos: • Observação dos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação dos riscos; • Observação dos limites operacionais e das normas específicas de cada operação; e • Cumprimento das exigências relativas a credenciamento, habilitação ou autorização. **Gerenciamento do Risco de Mercado:** a Tesouraria da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento atua de forma conservadora, e a Diretoria é responsável pela administração de fluxo de caixa, pelo casamento de seus ativos e passivos e pelo gerenciamento da liquidez, não lhe cabendo gerar receitas vinculadas ao seu negócio central, somente receitas incrementais em eventuais situações de excedente de caixa. **Gerenciamento do Risco Operacional:** risco operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), a auto avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração. **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital:** de acordo com a Resolução nº 3.988/2011, do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de gerenciamento de capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios e manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da estrutura de gerenciamento de capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstos em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no site: www.santanafinanceira.com.br. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos. **b. Valores em garantia:** As garantias prestadas por clientes somam R\$ 338.419 (R\$ 325.854 em 2018). **c. Remuneração de Correspondentes no país:** A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, a partir de 2 de janeiro de 2015, passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20 de novembro de 2013, e pela Circular nº 3.738, de 11 de dezembro de 2014, ambas editadas pelo BACEN. **d. Perdas no Recebimento de Créditos:** A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20 de janeiro de 2015, resultante da conversão da MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Artigo 9º, da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a essa data. **e. Outros serviços prestados pelos auditores independentes:** Informamos que a Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não contratou serviços da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes relacionados à Instituição, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente, tampouco promover seus interesses.

Elder Massao Koga - Contador - CRC 1SP223798/O-4

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Júnior

Contador

CRC nº 1 SP 223225/O-0